

# O Brasil nos BRICS: trajetória e desafios

---

Ana Garcia  
Daniel Lannes  
André Rezende

## Resumo

Este artigo analisa o lugar do Brasil nas relações com os países BRICS. Iniciamos com um balanço da trajetória dos BRICS nos últimos 15 anos, mostrando diferentes abordagens sobre o papel do grupo na ordem internacional. Logo, passamos para as relações bilaterais do Brasil com cada parceiro, iniciando com relações mais densas com a China, até as relações ainda pouco exploradas com a África do Sul. Para o Brasil é estratégica a parceria dos BRICS, uma vez que país é membro fundador do grupo, além de ter a China como sua principal parceira comercial. Os BRICS constituem um espaço privilegiado para o Brasil diversificar suas relações internacionais e manter uma relativa autonomia aos centros de poder tradicionais. Ao mesmo tempo, a atual expansão para novos membros consolida a fase geopolítica dos BRICS, apresentando oportunidades e desafios para o Brasil.

## Abstract

This article analyzes Brazil's place in relations with the BRICS countries. We begin by taking stock of the BRICS' trajectory over the last 15 years, showing different approaches to the group's role in the international order. We then move on to Brazil's bilateral relations with each partner, starting with the most dense relations with China, up

to the still little explored relations with South Africa. For Brazil, the BRICS partnership is strategic, as it is a founding member of the group, and also has China as its main trading partner. The BRICS constitute a privileged space for Brazil to diversify its international relations and maintain relative autonomy from the traditional centers of power. At the same time, the current expansion to new members consolidates the geopolitical phase of the BRICS, presenting opportunities and challenges for Brazil.

## Introdução

A formação dos BRICS marca uma nova fase da globalização no início do século XXI. Esse grupo de países começou a se reunir ao longo dos anos 2000, depois que o banco Goldman Sachs havia inicialmente concebido o acrônimo com o intuito de identificar mercados promissores. Em 2003, duas outras articulações relevantes pavimentaram o caminho para os BRICS: o IBAS – agrupamento entre Índia, Brasil e África do Sul, com o foco nas cooperação Sul-Sul – e a reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Cancun, onde o Brasil, Índia e outros países em desenvolvimento se juntaram para pleitear melhores termos de acesso aos mercados agrícolas mundiais (Prashad, 2013). Porém, é com a crise financeira global, iniciada nos EUA em 2008, que a *discussão* sobre o papel dos BRICS ganhou relevância. A crise despertou a ideia de que as potências tradicionais estariam perdendo poder na ordem mundial, e que a China, juntamente com outras economias emergentes, estaria desafiando a posição dominante dos EUA.

No imediato decorrer da crise, em 2009, ocorreu a primeira cúpula de chefes de Estado dos ‘BRIC’ em Ecatimburgo, na Rússia, sucedida de cúpulas anuais que foram dando corpo e conteúdo ao agrupamento. Em 2011, o BRIC tornou-se BRICS com a incorporação da África do Sul como uma potência regional africana. Desde então, as sucessivas cúpulas anuais e encontros aumentaram e intensificaram negociações, barganhas e espaços de cooperação entre esses cinco países.

Este artigo visa analisar o lugar do Brasil nas relações com os países BRICS. Iniciaremos com um balanço da trajetória dos BRICS nos últimos 15 anos, mostrando diferentes abordagens sobre o papel do grupo na ordem internacional. Logo, passaremos para as relações bilaterais do Brasil com cada parceiro, iniciando com relações mais densas com a China, indo até as relações ainda pouco exploradas com a África do Sul. Finalizaremos com os desafios para o Brasil e os BRICS no momento atual de expansão do grupo em meio a tensões geopolíticas.

## A trajetória dos BRICS: um balanço

Os BRICS passaram, nos 15 anos desde a primeira cúpula, por um adensamento institucional e temático, criando novas instituições e ampliando a esfera de cooperação intra-bloco. São exemplo os encontros anuais dos Ministros de Relações Exteriores à margem da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas; reuniões regulares de grupos de trabalho setoriais; reuniões de Ministros de Finanças e representantes dos Bancos Centrais no G20; a criação de duas novas instituições conjuntas, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ARC). Além disso, os BRICS vão além de um agrupamento entre Estados, tendo reconhecidas outras instâncias não-estatais, como o Conselho Empresarial dos BRICS, Conselho de Think Tanks, Fórum Acadêmico, Civil BRICS, bem como o *People's BRICS* (Garcia, 2015). Por fim, eles vêm mantendo espaços de diálogo com outros países em desenvolvimento nas respectivas regiões, em um processo conhecido como *outreach*, ou seja, o engajamento externo com países e instituições do entorno imediato da cada país BRICS, que é efetivado com a participação desses como membros-externos a cada cúpula de chefes de Estado (Ramos, et. al. 2018).

Podemos observar e analisar os BRICS a partir de, ao menos, três dimensões ou níveis de análise. O primeiro, mais comum, é o olhar “de cima”, quando analisamos o sistema internacional como ambiente composto por Estados nacionais relativamente coesos, dotados de um

interesse nacional, que buscam preservar ou aumentar poder num ambiente de competição entre si. Esta abordagem, típica do realismo na discussão teórica das Relações Internacionais, se confunde, em grande medida, com as análises geopolíticas dos BRICS.

Nessa perspectiva, os BRICS buscam acumular capacidades econômicas, políticas e militares frente às potências tradicionais, em particular EUA e Europa. Em seu início, no contexto da crise financeira de 2008, eles buscaram atuar de forma coordenada em foros multilaterais para pleitear a reforma das instituições de governança econômica e política mundial, especialmente no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial, mas também (por parte do Brasil e da Índia) no Conselho de Segurança da ONU (Kiely, 2015). Essa agenda reformista foi, de certo, um ponto de tensão com a potências ocidentais, que procuram retardar ou mesmo impedir tais reformas em instituições criadas no período pós-Guerra, despertando as expectativas de alguns segmentos sociais sobre o potencial “contra-hegemônico” dos BRICS (Desai, 2013). É notório que questões relativas à segurança internacional já vinham ganhando mais espaço a cada cúpula (Ramos, et.al. 2021). Porém, as tensões geopolíticas ganharam efetivamente espaço a partir da ocupação da Criméia pela Rússia em 2014. Já com a eleição de Donald Trump, em 2017, os EUA voltaram-se à contenção da expansão tecnológica da China (Weinland, 2022). Em 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, o mundo passou a ser representado como “Ocidente versus Oriente”. Esse olhar permite, portanto, constatar que o grupo se torna cada vez mais uma aliança geopolítica, mais do que econômica, reforçada pela aliança China-Rússia dentro dos BRICS.

Outra forma de analisar os BRICS é a partir de um olhar “horizontal” (ou para os lados), ou seja, analisando as relações intra-bloco, buscando identificar convergências e assimetrias entre os países. Na área de saúde, por exemplo, os BRICS buscaram adensar a cooperação entre si, estabelecendo grupos de trabalho e memorandos de entendimentos (Padula e Fonseca, 2021) . Ao mesmo tempo, a pandemia desafiou a cooperação, e os países BRICS não coordenaram uma posição conjunta sobre a fle-

xibilização temporária das patentes de vacinas em debates no âmbito da Organização Mundial de Comércio (Garcia, et. al.; 2020b; Moore, 2022).

Ainda sob esta perspectiva, mostramos em pesquisas anteriores as assimetrias econômicas entre os países, tendo em vista a preponderância econômica da China (Garcia, 2020a; Garcia et. al. 2023). Nas relações comerciais, por exemplo, três dos BRICS – Brasil, Rússia e África do Sul – mantêm superávits comerciais com a China, porém suas pautas de exportação são compostas, majoritariamente, por produtos primários agrícolas e minerais: soja em grão, minério de ferro, óleo bruto e refinado, carvão, manganês e outros hidrocarbonetos. A Índia, único BRICS com déficit comercial com a China, também exporta, em geral, produtos primários ao parceiro asiático, além de medicamentos em dose (Garcia, 2020a). Por sua vez, as exportações intrabloco da China são compostas por peças de aparelhos telefônicos, máquinas de processamento de dados e semicondutores (*Ibidem*). Neste sentido, as relações comerciais intra-BRICS remontam a tradicional divisão internacional do trabalho, tendo a China em seu centro. Essa interdependência assimétrica tende a perpetuar a desindustrialização da economia brasileira no médio prazo, já que o Brasil perdeu seu lugar para a China como principal exportador de produtos manufaturados para outros países da América do Sul (Garcia, et. al. 2023).

Por fim, uma terceira forma de analisar os BRICS é a partir das suas relações com outros países e regiões em desenvolvimento, na África, Ásia e América Latina. Esse seria um olhar “vertical” (ou *bottom-up*), uma vez que cada país BRICS atua como uma potência regional, que busca influenciar e acumular poder econômico junto a outros na “periferia”. Por vezes, a atuação de grandes empresas multinacionais dos BRICS na África e América Latina reproduzem práticas de exploração de matérias primas, mão de obra e recursos naturais, gerando novos ciclos de acumulação e expropriações. Por exemplo, Thompson et. al. (2023) afirmam que a influência econômica da China na África levou a uma reformulação das relações intra-africanas: no lugar dos ideais do pan-africanismo,

agora as tais relações são retratadas pelas lentes do “Sul Global” e da “Cooperação Sul-Sul”, sendo esta uma narrativa que carrega interesses chineses para dentro do continente. Por sua vez, Carmody (2015) sustenta que o capital sul-africano e o chinês geralmente atuam juntos para explorar os recursos naturais e dominar os mercados na África. Tanto na África, quanto na América Latina, alguns analisam as relações com China como desiguais e dependentes de comércio e investimentos, servindo para garantir o abastecimento do país asiático com matéria primas e para promover a abertura de mercados para a venda de produtos de alta tecnologia e serviços das empresas chinesas (Menezes e Bragatti, 2020; Slipak e Ghiotto, 2019).

A discussão aqui brevemente apresentada mostra como os BRICS se consolidaram como grupo político e econômico. Para o Brasil é estratégica a parceria dos BRICS. O país é membro fundador do grupo, além de ter a China como sua principal parceira comercial. Os BRICS constituem um espaço privilegiado para o Brasil diversificar suas relações internacionais e manter uma relativa autonomia aos centros de poder tradicionais. Ao mesmo tempo, há relações ainda pouco exploradas (como com a África do Sul, por exemplo). A atual fase dos BRICS, com a expansão para outros seis países, apresenta oportunidades e, também, desafios para o Brasil (Garcia e Ibanez, 2023). Adentramos, assim, às relações do Brasil com os outros quatro membros.

## Relações Brasil-China

As relações diplomáticas entre Brasil e China se estabeleceram em 1974, quando, sob os governos de Ernesto Geisel e Mao Zedong, os países abriram embaixadas em Pequim e em Brasília, respectivamente. Desde então, ocorreram mais de 90 encontros entre chefes e representantes de Estado de ambos os países, sendo mais de 60 destes de 2010 em diante (BRASIL, 2020). Apesar de terem firmado alguns acordos ainda no século XX, como programa de cooperação CBERS (Satélite de Recursos Terrestres Brasil- China, em português), foi apenas a partir do primeiro

mandato do Governo Lula da Silva (2002-2006) que as relações entre Brasil e China se intensificaram. Em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), cuja primeira reunião ocorreu em 2006 (Ibid.). Em 2010 houve a assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014. O planejamento quinquenal, elaborado no âmbito da COSBAN, que definia orientações estratégicas, metas e interlocução entre setores específicos (Brasil, 2010). O acordo viria a ser complementado pelo do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021, assinado dois anos depois, que visava apontar áreas prioritárias e projetos-chave a serem explorados bilateralmente (BRASIL, 2011a). Em 2012 também foi anunciada a elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica Global e a criação do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres. Além da esfera bilateral, Brasil e China também mantêm relações em espaços de cooperação multilateral, como a OMC, o G20, o BRICS e o BASIC – um bloco formado entre Brasil, África do Sul, Índia e China para articulação conjunta na área ambiental (Ibid.).

Desde 2009 o país asiático é o principal parceiro comercial do Brasil. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o comércio bilateral com a China respondeu, em 2022, por 26,8% das exportações, 22,3% das importações brasileiras e 24,8% da corrente de comércio nacional com o mundo (Brasil, 2023). Tal número é bem superior quando comparado à corrente comercial com os Estados Unidos e com a Argentina – segundo e terceiro maiores parceiros comerciais do Brasil –, que corresponderam, no mesmo ano, respectivamente a 14,6% e 4,69% (Ibid., 2023). As exportações do Brasil para o país asiático concentram-se em *commodities*, mais especificamente em três produtos: minério de ferro, soja e petróleo bruto. Somados, representaram, em 2022, 74% das exportações brasileiras para a China de um total de US\$ 89,4 bilhões (Ibid., 2023). As importações brasileiras oriundas do país asiático, por sua vez, são bem mais diversificadas e contemplam grande variedade de produtos manufaturados. Em 2022, de um total de US\$ 60,7 bilhões, destacaram-se válvulas e tubos (11%), compostos organo-inorgânicos (8,2%) e equipamentos de tele-

comunicações (6,8%). Esse cenário revela uma dependência significativa do comércio exterior brasileiro em relação à China, que é, ao mesmo tempo, o principal mercado para as *commodities* brasileiras e a principal exportadora de manufaturas para o Brasil – reforçando, assim, a condição primário-exportadora do Brasil no comércio internacional.

A China também se destaca pelas operações de crédito e financiamento no Brasil – principalmente através do *China Development Bank* (CDB), que tem sido importante fonte de recursos para empresas brasileiras e chinesas nos últimos 15 anos. Suas operações de crédito abrangem o financiamento de projetos, concessão de linhas de crédito para empresas chinesas expandirem suas atividades e principalmente empréstimos direcionados à Petrobras. Entre 2009 e 2017, o CDB concedeu seis empréstimos à petrolífera brasileira, com valor acumulado de US\$ 25 bilhões – dos quais se destaca um financiamento de US\$ 10 bilhões assinado em 2016 –, todos, de certa forma, vinculados aos acordos de cooperação bilateral celebrados entre China e Brasil (Petrobras, 2016).

Quanto aos investimentos chineses no Brasil, segundo relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), o estoque de Investimento Externo Direto (IED) entre 2007 e 2020 alcançou a marca de US\$ 66,1 bilhões (aproximadamente metade dos investimentos chineses na América do Sul), sendo 48% concentrados no setor de energia elétrica – com forte presença de estatais da China como a State Grid e a China Three Gorges –, seguido pelo setor de extração de petróleo e gás (28%), extração de minério (7%), manufatura (6%), infraestrutura (5%), agropecuária (3%), serviços financeiros (2%), e os demais 2% difundidos em diversos outros setores. Já em número de projetos confirmados para o mesmo período, o setor de eletricidade se mantém com a maior concentração (31%), mas há um aumento expressivo no setor manufatureiro, que representa 28% do total de projetos (Cariello, 2021).

O triênio de 2015 à 2017 foi marcado por um crescimento considerável do IED chinês no Brasil em relação ao triênio anterior, resultado da aproximação diplomática entre os dois países nesse período. Se em 2012 houve poucos acordos bilaterais assinados entre os países e em 2013



nenhum novo acordo foi firmado, a situação se reverteu nos anos seguintes. Em 2014, na primeira visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil, para a VI Cúpula dos BRICS, ocorreu a assinatura de 32 atos em diversos setores (Jubé e Peres, 2014; UOL, 2014). Em 2015, houve a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, que oficializou a assinatura de um novo Plano de Ação Conjunta para o período de 2015-2021 (Brasil, 2015b), além de outros 35 atos bilaterais (Brasil, 2015c).

No período de 2018 a 2022 a relação entre os dois países foi mais pragmática e a quantidade de acordos firmados entre Brasil e China diminuiu em comparação aos anos anteriores. O período eleitoral no Brasil, em 2018, foi marcado por incertezas quanto às relações com a China, particularmente diante de posicionamentos hostis do então candidato Jair Bolsonaro, que se alinhava ao governo de Donald Trump nos EUA. Em 2019, Jair Bolsonaro, agora presidente, visitou a China a convite de Xi Jinping, ocasionando a assinatura de oito acordos (Verdélío, 2019a). Logo em seguida, houve a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil para participação na XI Cúpula dos BRICS, quando foram assinados outros nove atos de cooperação (Verdélío, 2019b). Nos anos seguintes do governo Jair Bolsonaro não houve novos acordos assinados com a China, somente o anúncio da conclusão das negociações para o Plano Estratégico 2022-2031, com diretrizes de longo prazo para as relações bilaterais, e o Plano Executivo 2022-2026, com objetivos concretos a serem alcançados no período – que sucederam o Plano de Ação Conjunta 2015-2021 e o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021, expirados em 2021. Já em 2023, na terceira visita de Lula da Silva à China – primeira de seu terceiro mandato –, foram firmados 15 novos acordos, marcando uma reaproximação entre os países (Verdélío, 2023).

## Relações Brasil-Índia

A relação bilateral entre Brasil e Índia iniciou oficialmente no dia de 6 de abril de 1948, após a independência do país asiático (Brasil,

2023a). Entretanto, esse vínculo se apresentou tímido ao longo do século XX, destacando-se visitas oficiais de líderes indianos ao Brasil: em 1948, do vice-presidente S. Radhakrishnan; em 1968, da primeira-ministra Indira Gandhi; em 1992, do primeiro-ministro Narasimha Rao à Conferência do Rio-92; em 1998, do presidente K.R. Narayanan (Brasil, 2023a). O único chefe de Estado brasileiro a visitar a Índia durante o século XX foi o presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996 (Ibidem).

A partir da década de 2000, houve um aprofundamento significativo das relações entre Índia e Brasil, a partir da criação da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural, conhecida apenas como “Comissão Mista”, em 2002, e também pelo estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-Índia, em 2006 (Brasil, 2023a). Desde então, as visitas de líderes brasileiros e indianos aumentaram: do presidente Lula em 2004, 2007 e 2008; da presidente Dilma Rousseff, em 2012; do presidente Michel Temer, em 2016; do presidente Jair Bolsonaro, em 2020; da presidente Pratibha Patil, em 2008; do primeiro-ministro Manmohan Singh, em 2006, 2010 e 2012; do primeiro-ministro Narendra Modi, em 2014 (Ibidem).

No âmbito político, destaca-se a presença de Brasil e Índia em foros plurilaterais, como o G20, o BRICS, o Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), o G4, que pleiteia uma reforma no conselho de segurança e defende a inclusão dos membros do grupo nesse órgão (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) e o BASIC, bloco formado por Brasil, África do Sul, Índia e China para uma maior coordenação nas posições desses países nas conferências internacionais sobre mudança do clima. Na visita de Jair Bolsonaro ao país, em 2020, adotou-se o Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia, firmando-se 15 acordos bilaterais, tais como o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e Memorandos de Entendimento nos setores de energia e saúde (Brasil, 2023a).

Os vínculos comerciais e econômicos entre Brasil e Índia também se intensificaram a partir do século XXI. Atualmente, a Índia aparece como 10º e 5º nos rankings de exportações e importações do Brasil, res-

pectivamente (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2023). Em 2022, os dois países movimentaram US\$15,1 bilhões em trocas comerciais, destacando para um saldo comercial negativo do Brasil de US\$2,5 bilhões (Ibidem). Quanto aos investimentos indianos no Brasil, estimam-se um montante de US\$6 bilhões, enquanto os investimentos brasileiros na Índia se aproximam de US\$1 bilhão (Índia, 2022). Entre os acordos de âmbito econômico firmados entre os países, destacam-se o ACFI Brasil-Índia e o Acordo Preferencial de Comércio Índia-Mercosul, em vigor desde 2009.

## Relações Brasil-Rússia

A relação bilateral entre Brasil e Rússia foi estabelecida em 1828 e, durante o século XIX, destaca-se a visita do imperador Dom Pedro II à São Petersburgo, em 1876, ainda que em caráter privado (Brasil, 2023b). A Revolução Russa e a formação da União Soviética provocaram instabilidades nos vínculos entre os dois Estados, tendo o Brasil rompido relações diplomáticas em 1917 (tendo sido restabelecida em 1945) e em 1947, tendo esta última sido revertida parcialmente em 1959, com a permissão de relações comerciais, e em 1961 com o retorno das relações diplomáticas (Brasil, 2023b). O relacionamento entre os dois países foi fortalecido apenas na década de 1980, quando o presidente brasileiro José Sarney, em uma viagem à Rússia em 1988, se tornou o primeiro chefe de Estado a visitar, em missão oficial, o parceiro (Brasil, 2023b). Ainda no século XX, foi criada a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), em 1997, cujo braço operacional é a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC) (Ibidem).

A partir da década de 2000, a cooperação entre os países aumentou significativamente, evidenciados pelo estabelecimento de uma parceria estratégica entre Rússia e Brasil, no ano 2000, e pela assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica, em 2010 (Brasil, 2023b). As visitas dos líderes desses países também se tornaram recorrentes desde

então: do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002; do presidente Lula, em 2005, 2009 e 2010; da presidente Dilma Rousseff, em 2012, 2013 e 2015; do presidente Michel Temer, em 2017; do presidente Vladimir Putin, em 2004, 2014 e 2019; do presidente Dmitry Medvedev, em 2008, 2010 e 2013 (este último como primeiro-ministro) (Brasil, 2023b). Atualmente, observa-se um importante diálogo entre os dois países em foros internacionais, como o BRICS e o G20.

No âmbito econômico e comercial, a Rússia se destaca como uma das principais fornecedoras de produtos ao Brasil, aparecendo em 6º no ranking de maiores origens de produtos importados (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2023). No entanto, a Rússia representa apenas 0,60% do destino das exportações brasileiras, ocupando o 33º lugar no ranking (Ibidem). De modo geral, em 2022, o comércio entre os dois países movimentou a quantia de US\$9,8 bilhões, tendo o Brasil um déficit comercial de US\$5,9 bilhões (Ibidem). Também se destaca a importância da Rússia para a cadeia do agronegócio brasileiro, visto que é uma das principais provedoras de fertilizantes para a produção agrícola (Brasil, 2023b). Na esfera dos investimentos, a relação entre Brasil e Rússia ainda é tímida. De acordo com o Pineli et. at. (2021), em 2019, os investimentos russos no Brasil somavam US\$180 milhões, enquanto os investimentos brasileiros na Rússia totalizavam US\$6 milhões.

## Relações Brasil-África do Sul

A relação bilateral entre Brasil e África do Sul iniciou oficialmente em 1948, com a abertura da Legação diplomática brasileira em Pretória, mas já havia desde 1918 um consulado brasileiro na Cidade do Cabo (Brasil, 2023c). Os escritórios de representação sul-africano e brasileiro foram promovidos a embaixadas em 1971 e 1974, respectivamente (Ministério das Relações Exteriores, 2023). Em 1985, as relações entre os países foram rompidas pelo estabelecimento de sanções do Brasil à África do Sul em razão da vigência do regime do apartheid, mas, com o

fim da estrutura de segregação racial, essas sanções foram retiradas em 1994 (Brasil, 2023c). Emerge, nesse sentido, a figura de Nelson Mandela como importante fomentador de um aprofundamento das relações entre África do Sul e Brasil, tendo visitado o território brasileiro ainda em 1991, antes de se tornar presidente, e em 1998, já como líder sul-africano (Ibidem).

A partir da década de 2000, o vínculo entre os países se estreitou, com a formação da Comissão Mista Brasil-África do Sul (2000) e a assinatura do Acordo no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica (2003), que instituiu o Comitê Conjunto de Cooperação Científica e Tecnológica, bem como com a designação de parceria estratégica entre os dois países em 2010 (Brasil,s.d.; Brasil, 2023c). Destacam-se também visitas realizadas por líderes de ambos os países: do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996; do presidente Lula, em 2003, 2007 e 2010; da presidente Dilma Rousseff, em 2011 e 2013; do presidente Jacob Zuma, em 2009 e 2014 (Brasil, 2023c). Brasil e África do Sul também dialogam em foros multilaterais, tais como o Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), BRICS, grupo BASIC (Brasil-África do Sul-Índia-China), G20 financeiro e G20 comercial.

Ainda assim, o intercâmbio comercial entre os dois países permanece tímido, com a África do Sul ocupando a 37ª e 47ª posições nos rankings de principais importadores de produtos brasileiros e exportadores de produtos ao Brasil, respectivamente (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2023). O comércio entre os dois países totalizou, em 2022, US\$2,6 bilhões, tendo o Brasil um superávit comercial de US\$816 milhões (Ibidem).

## O futuro dos BRICS e o lugar do Brasil

**E**sta artigo buscou discutir o lugar e o papel do Brasil nos BRICS. Apresentamos um balanço da trajetória do grupo nos últimos 15 anos a partir de diferentes olhares e abordagens. Logo, discutiremos sobre as relações bilaterais do Brasil com cada parceiro.

Hoje o grupo BRICS passa por um momento político de grande relevância. Na recente cúpula na África do Sul, em 2023, o grupo formalizou o convite à entrada de seis novos membros: Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos Etiópia e Irã. Consolidou-se, assim, o caráter geopolítico dos BRICS, uma vez que foram incluídos, de um lado, um aliado históricos dos EUA no Oriente Médio, a Arábia Saudita, de outro, o Irã, que sofre sanções dos norte-americanos. A China havia, recentemente, mediado a retomada das relações diplomáticas entre ambos (Garcia e Ibanez, 2023). Para o Brasil, esse é um momento de oportunidades e desafios. De certo, um BRICS forte e expandido é bom para o Brasil como membro fundador do bloco e uma liderança regional na América do Sul. Ao mesmo tempo, o grupo aumenta sua forte base econômica em energias fósseis, além de um maior déficit democrático, representando um desafio para o Brasil que busca, de um lado, ser protagonista nas negociações climáticas e impulsionar a transição energética justa, de outro, difundir ideias de democracia e direitos sociais, tal como pretende o atual governo de Lula da Silva. O país deve manter sua relativa autonomia diante das tensões internacionais entre as potências, e negociar melhores termos nas relações intra-BRICS. A transferência de tecnologia Sul-Sul e a cooperação efetiva em áreas como saúde, meio ambiente, agricultura e energia são fundamentais para alcançar melhores condições sociais de vida e trabalho para a maioria de nossas populações.

## Referências

Brasil. Ministério Das Relações Exteriores. 2010. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. Disponível em: [https://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano\\_de\\_acao\\_conjunta\\_2010\\_-\\_2014\\_2\\_.pdf](https://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_2010_-_2014_2_.pdf). Acesso em: 6 de julho de 2022.

Brasil. Ministério Das Relações Exteriores. 2011. Acts signed on the occasion of the visit of President Dilma Rousseff to the Popular Republic of China – Beijing, April 12, 2011.

Brasil. Ministério Das Relações Exteriores. 2015. Visita do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil – Declaração Conjunta e Plano de Ação Conjunta – Brasília, 19 de maio de 2015.

Brasil. Ministério Das Relações Exteriores. 2015. Documentos assinados durante a visita oficial do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil – Brasília e Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015.

Brasil. Ministério Das Relações Exteriores. 2020. República Popular da China. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china> Acesso em: 6 de julho de 2022.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. República da Índia. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-india>. Acesso em Agosto 2023

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Federação da Rússia. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/federacao-da-russia>. Acesso em Agosto 2023

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. República da África do Sul. Brasília, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-africa-do-sul>. Acesso em Agosto 2023

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Cooperação Internacional. África. Brasília [s.d.]. Disponível em: [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao\\_Internacional/Bilateral/Africa-do-sul.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Bilateral/Africa-do-sul.html). Acesso em Agosto 2023

Bond, P. and Garcia, A. (eds). *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. Johannesburg: Jacana Media, 2015.

Carmody, Pdraig. “The New Scramble for Africa”. *Jacobin Magazin*, Issue 19, Uneven and Combined, 2015.

Cardoso, Juliana. “Sinochem torna-se parceiro da Statoil no campo de Peregrino”. *Valor Econômico*, May 21, 2010.

Cardoso, Juliana. “Sinopec acerta com portuguesa GALP aquisição de 30% da Petrogal Brasil”. *Valor Econômico*, November 11, 2011.

Cariello, T. *Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)*. Conselho Empresarial Brasil-China, 2021.

Desai, Rhadika. “The BRICS are building a challenge to western economic supremacy.” *The Guardian*, April 2, 2013.

Garcia, Ana; Ibañez, Pablo. “BRICS expandido, e agora? Novos desafios para a política externa brasileira”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 28 agosto 2023.

Garcia, Ana; Thompson, Lisa; Brito, Cleiton; Rodriguez, Maria. The Political Economy of South-South Relations: a comparative analysis of China’s investments in Brazil and South Africa. *BPC Policy Brief* (Rio de Janeiro), Vol. 13, nr. 8, Junho/2023.

Garcia, Ana. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. *Revista Tempo do Mundo* (IPEA), p. 149-174, 2020a.

Garcia, Ana; Curty, R.; Aguiar, C.; Rezende, L.; Dantas, M. Os BRICS frente à pandemia da COVID-19: uma análise preliminar sobre políticas comparadas. *Conjuntura Internacional* (Belo Horizonte), v.17 n.3, p.33 – 46, dez. 2020b.

Garcia, Ana. Building BRICS from below?, in Bond and Garcia (ed.). *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. Johannesburg: Jacana Media, 2015.

Pineli, A.; Ribeiro, F.; Carneiro, F.; Araújo, M. Brazil and Russia: How To Improve The Economic Relationship Beyond Resource-Based Industries. *Technical Note* (IPEA), No. 4, Novembro de 2021.

Índia. Consulado-Geral da Índia em São Paulo. *Bilateral Relations and Visits*. India-Brazil brief. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cgisaopaulo.gov.in/Bilateral-Relations.php>. Acesso em Agosto 2023

Jube, A. Peres, B. “China suspende barreiras à carne do Brasil e compra aviões”. *Valor Econômico*, Brasília, 18 de julho de 2014.

Kiely, Ray. *The BRICs, U.S. ‘Decline’ and Global Transformations*. London: Palgrave MacMillan, 2015.

Moore, Candice. BRICS and Global Health Diplomacy in the Covid-19 Pandemic: Situating BRICS’ diplomacy within the prevailing global health governance context. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 65(2): e022, 2022.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. ComexVis. Comex Stat. *Base de Dados*. Brasília. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em Agosto 2023

Padula, Raphael; Fonseca, Felipe. BRICS: potencialidades de cooperação e papel na governança global de saúde no contexto da pandemia. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 40-61, dezembro 2020.

Petrobrás. “Contratação de Linha de Financiamento de US\$ 10 bilhões junto ao China Development Bank (CDB)”. *Petrobrás Investidores*, May 19, 2009.

Prashad, Vijay. *Neoliberalism with Southern characteristics. The rise of BRICS*. Rosa Luxemburg Stiftung – New York Office. May, 2013.

Ramos, Leonardo; Garcia, Ana; Pautasso, Diego; Rodrigues, Fernanda. “A decade of emergence: the BRICS institutional densification process”. *Journal of China and International Relations*, v. 6, n. 1, 2018.

Ramos, Leonardo; Rocha, Pedro; Zahreddine, Danny. A Agenda de Segurança Internacional nos BRICS (2009-2019). *Revista Dados*, Rio de Janeiro, vol.64 (3), 2021.



Slipak, Ariel and Luciana Ghiotto. “América Latina en la Nueva Ruta de la Seda: El Rol de las Inversiones Chinas en la Región en un Contexto de Disputa (Inter) Hegemónica.” *Cuadernos Del CEL* 4 (7): 25-55, 2019.

Thompson, Lisa; Tsolekile de Wet, P.; Shirinda, H.; Bawden, E. Chinese Investment Loans and Foreign Direct Investment in South Africa between 2012 and 2022. *BPC Policy Brief* (Rio de Janeiro), vol. 13, nr. 7, June/2023.

Uol. Assinatura de 54 acordos em visita de Jinping consolida aliança Brasil-China. Brasília, 17 de julho de 2014. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2014/07/17/assinatura-de-54-acordos-em-visita-de-jinping-consolida-alianca-brasil-china.htm> Acesso em: 8 de agosto de 2022.

Verdélío, A. Bolsonaro se encontra com presidente chinês para assinatura de acordos. *Agência Brasil*, Brasília, 25 de outubro de 2019.

Verdélío, A. Brasil e China firmam acordos em áreas como política, comércio e saúde. *Agência Brasil*, Brasília, 13 de novembro de 2019.

Verdélío, A. Lula e Xi Jinping assinam 15 acordos de parceria em Pequim. *Agência Brasil*, Brasília, 14 de abril de 2023.

Weinland, Don. “The tech war between America and China is just getting started”. *The Economist*, Nov. 18, 2022.

Xi Jinping. “Forging Ahead to Open a New Chapter of China-Russia Friendship, Cooperation and Common Development”. Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 20/03/2023.

---

**Ana Garcia** é professora adjunta de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É também professora colaboradora do Programa de Pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Foi diretora do BRICS Policy Center (2021-2023). É bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ e membro da diretoria da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Contato: [anagarcia@ufrjr.br](mailto:anagarcia@ufrjr.br); Daniel Lannes e André Rezende são estudantes de graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio e bolsistas de iniciação científica FAPERJ.